

OS PRECEDENTES  
DA TORMENTA:  
CRISE DO CAPITAL  
E A ASCENSÃO DO  
CONSERVADORISMO  
AO COMANDO DO  
ESTADO BRASILEIRO

[ ARTIGO ]

**Frederico Daia Firmiano**

*Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Do último pleito eleitoral ao mais alto posto de comando do Estado brasileiro saiu vitorioso o candidato ultraconservador Jair Bolsonaro, rompendo o relativamente longo período de disputa entre os mais importantes partidos políticos do pós-ditadura de 1964, num quadro de ampla ascensão das forças sociais mais conservantistas da sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é examinar a história brasileira recente em busca de algumas pistas que nos permitam identificar a escalada das forças mais conservantistas da sociedade ao comando do Estado. Para tanto, procuramos combinar a análise de conjuntura, como um retrato dinâmico de uma realidade que visa ir além de dados empíricos que se apresentam na urgência da quadra atual, à análise histórica de mais amplo espectro da estrutura da sociedade brasileira, a partir de alguns de seus importantes intérpretes.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Crise. Bolsonaro.

Ultraconservative candidate Jair Bolsonaro was victorious for the highest position in the Brazilian government during the most recent electoral process, breaking the relatively long period of dispute between the most important political parties of the post-dictatorship period (1964-1985) under a scenario where the most conservative forces of Brazilian society have gained influence. This paper searches recent Brazilian history for clues to identify the rise of the most conservative forces of society to rule the State. For such, we combine an analysis of the current scenario that goes beyond empirical data for dynamically portraying reality to a comprehensive historical analysis of the structure of Brazilian society, based on some of its important interpreters.

**Keywords:** Conservatism. Neoliberalism. Neodevelopmentalism. Crisis. Bolsonaro.

Desde las últimas elecciones hasta el puesto de mando más alto del Estado brasileño, el candidato ultraconservador Jair Bolsonaro salió victorioso, rompiendo el período relativamente largo de disputa entre los partidos políticos más importantes de la postdictadura de 1964, en un marco de amplio ascenso de las fuerzas sociales más conservadoras de la sociedad brasileña. El objetivo de este artículo es examinar la historia brasileña reciente en búsqueda de algunas pistas que nos permitan identificar la escalada de las fuerzas más conservadoras de la sociedad al mando del Estado. Así, buscamos combinar el análisis coyuntural, como un retrato dinámico de una realidad que pretende ir más allá de los datos empíricos que están presentes en la urgencia del momento actual, con el análisis histórico de un espectro más amplio de la estructura de la sociedad brasileña, desde algunos de sus importantes intérpretes.

**Palabras clave:** Conservadurismo. Neoliberalismo. Neodesarrollismo. Crisis. Bolsonaro.

## Introdução

---

...Hoje, estou aqui, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha família, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês. Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica [...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.

[...]

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (LEIA..., 2019).

Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019, no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro, reiterou o conjunto de compromissos que o levou da condição de um militar reformado com sete mandatos como deputado federal (por oito diferentes partidos políticos), ao mais alto posto de comando do Estado brasileiro, baseado na missão de “restaurar e reerguer a pátria”, “valorizar a família”, “combater a corrupção, a criminalidade, a ideologia de gênero” e “defender nossa tradição judaico-cristã” – plataforma, a bem da verdade, nenhum pouco distante

das mais variadas demonstrações de apreço pelo autoritarismo e pela ditadura e por inúmeros atentados contra os direitos humanos universalmente consolidados no ocidente, ao longo de toda sua vida pública.

Num contexto de crise econômica e política interna aguda e na esteira da ascensão da extrema-direita em importantes países do Norte Global (como na Espanha, França, Itália, Hungria, Alemanha, Finlândia, Grécia, Estados Unidos, entre outros), Bolsonaro rompeu o relativamente longo período de disputa entre os mais importantes partidos políticos do pós-ditadura (1964-1985) das direitas e das esquerdas, e sob um programa econômico ultraneoliberal e uma plataforma político moral conservantista-reacionária, alcançou os píncaros do poder executivo, pelo pouco representativo Partido Social Liberal, a quem legou dezenas de cadeiras no Congresso Nacional, e cuja agremiação deixaria onze meses depois de assumir a cadeira presidencial.

Sua escalada ao poder de Estado e as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram o feito passaram, assim, a se constituir em importante objeto da reflexão das ciências sociais, naquilo que compartilha com a ascensão da extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, e naquilo que se apresenta como particularidade histórica. Neste artigo, temos por objetivo examinar algumas dimensões da história brasileira recente em busca de pistas que nos permitam explicar sociologicamente a escalada de forças conservantistas e reacionárias da sociedade nacional ao comando do Estado. Para tanto, buscamos combinar a análise de conjuntura, como um retrato dinâmico de uma realidade que visa ir além dos dados empíricos que se apresentam imediatamente, conforme propõe Alves

(2008), à análise histórica de mais amplo espectro da estrutura da sociedade brasileira, a partir de alguns de seus importantes intérpretes (FERNANDES, 1981; IANNI, 1988, 2014; OLIVEIRA, 1998, 2003, 2010). Longe de pretendermos esgotar o tema, nosso trabalho visa contribuir com o debate teórico-político em torno da ascensão daquilo que alguns chamam de bolsonarismo, ou da extrema-direita, no Brasil (MILLIKAN, 2018; NICOLAU, 2018; NOZAK, 2018; PINHO, 2019; SILVA, 2019; SOUZA, 2018).

### **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e crise**

---

Na periferia do sistema do capital, a história tem sido pouco afeita às liberdades individuais e sociais e à organização pública, ao associativismo civil. Para Octavio Ianni (1988), em verdade, mesmo tendo realizado suas revoluções burguesas, os países latino-americanos nunca conseguiram consolidar a democracia; as experiências democráticas têm sido episódicas, interrompidas. Poucas vezes alcançamos o estatuto formal da liberdade, da igualdade e da fraternidade e, quando o fizemos, foi restrito a poucos setores sociais. Mas as virtuais debilidades da democracia brasileira nunca foram um obstáculo a ser superado no curso de seu progresso, mas a forma própria de sua realização, segundo as condições do nosso desenvolvimento truncado, dependente. Florestan Fernandes (1981) ofereceu a mais importante explicação sociológica sobre este processo, consagrando a fórmula da revolução burguesa sem revolução, sem ruptura, tendencialmente dirigida para a

conciliação, como forma alternada da ditadura – não é acidente histórico o país ter vivido quase trinta anos de ditadura em um único século, em mais de um momento.

Depois da última ditadura, o Brasil alcançou os “limites superiores do capitalismo” (OLIVEIRA, 1998) sem acertar as contas com o passado ditatorial (vide a Lei de Anistia, de 1979, e a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011), a promessa do pacto social de 1988 não pôde se realizar, em face do descompasso entre o salto político-formal alcançado e as forças objetivas que moviam a sociedade brasileira. Isto quer dizer que assentamos as (relativas) conquistas políticas sobre terreno movediço: os direitos mal chegaram e foram imediatamente varridos pela reestruturação produtiva do capital, como expressão da crise do capital na periferia no sistema. Dito de outro modo, a Constituição Cidadã chegou junto com as “inovações do capital” e o receituário do Consenso de Washington, que renunciavam, como acertadamente definiu Francisco de Oliveira, à universalização dos direitos, ultrapassando “a soleira do totalitarismo” – em que pese a pouca capacidade explicativa deste conceito.

Progressivamente, o signo do “iluminismo”, ou a possibilidade de construção de uma nação soberana, capitalista, porém civilizada, de um “projeto integrador” – ou se quisermos, de uma “estratégia democrático-popular” – entre as classes em disputa, deu lugar ao signo da “reação”, do “conservadorismo” (OLIVEIRA, 1998), que se capilarizou na sociedade brasileira, promovendo, na prática, a ruptura do pacto social que se intentou construir no pós-ditadura de 1964 a 1985, no plano político-jurídico, antes mesmo que vingasse.

O primeiro governo eleito pelo sufrágio no Brasil depois de 21 anos de ditadura civil-militar iniciou a reorganização institucional do Estado já com um discurso e um programa político neoliberal, na esteira do Consenso de Washington, como a salvaguarda para a crise estrutural do capital. À crise econômica com a qual ingressamos a democracia, expressa na persistência da inflação e falta de solução para a dívida externa, Collor de Mello respondeu com um plano de congelamento de preços, modificações da moeda (que passou de cruzados novos para cruzeiros, sem qualquer alteração substancial); reforma ministerial; mudança na política cambial (que passou a ser flutuante com suposto controle do governo); amplo plano de privatizações (ou Plano Nacional de Desestatização, Lei nº 8.031, de 1990) – que teve início pela Rede Ferroviária Federal S/A; abertura do mercado brasileiro ao capital exterior, eliminando os subsídios governamentais à vários setores; e a medida antipopular da retenção da poupança para aqueles que tivessem aplicações igual ou superior a 50 mil cruzeiros e que deveria ser descongelada em 18 meses, a taxa de 6% ao ano – o que nunca aconteceu. Com o fracasso do Plano Collor I, veio o Plano Collor II, em 1991, a criação do Fundo de Aplicações Financeiras e da Taxa de Referência de Juros, entre outras medidas igualmente fracassadas em seu intento de conter a inflação e segurar os preços e a desvalorização do salário. Como é conhecido, nada funcionou. Collor tão pouco durou no posto de comando do Estado. Depois de um governo atabalhado e sob inúmeras denúncias de corrupção, caiu, dando lugar a Itamar Franco, o então vice-presidente (OLIVEIRA, 1992).

Com Itamar Franco, a partir de 1992, a operacionalização institucional

da conversão do país em plataforma de valorização financeira, na soleira do neoliberalismo, ganhou mais fôlego, via internacionalização do mercado brasileiro dos títulos públicos e da securitização da dívida externa – além da própria desregulamentação do mercado financeiro e da abertura do fluxo internacional de capital, muito importantes para o emergente padrão exportador de especialização produtiva. O “sucesso” do Plano Real e do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que deixou o cargo um mês após a entrada em vigor da mudança da moeda para se candidatar à presidência do país, produziu as condições para a ampliação das medidas políticas em favor dos novos rumos do país: seu ajustamento e ingresso a nova ordem global do capital (OLIVEIRA, 1998, 2003; PAULANI, 2008). Leda Paulani (2010, p. 122) sintetizou algumas das medidas mais importantes adotadas por FHC em seu primeiro mandato: 1. a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, que sobreposição os direitos dos credores a quaisquer outros; 2. a completude do processo de abertura da economia, iniciada por Collor de Mello; 3. a privatização de empresas públicas de setores estratégicos, como da energia elétrica e das telecomunicações (com um detalhe: financiada pelos fundos públicos!); 4. a elevação da taxa real de juros a níveis estratosféricos (tendo, em algumas ocasiões, ultrapassado os 40%); 5. a aprovação de emenda constitucional isentando os recursos aplicados em bolsas de valores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) (imposto hoje não mais existente); 6. a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e sobre a remessa de lucros ao exterior; e 7. a valorização da moeda até explodir a crise cambial, em 1999.

O crescimento dos passivos externos brasileiros, porém, explodiram em 1999. Nem mesmo o fluxo de capitais pode financiar a dívida, levando a uma desvalorização acumulada que, no primeiro trimestre daquele ano, fez evaporar US\$ 10,75 bilhões da economia brasileira. Foi justamente a partir daquele momento que a busca incessante pelo superávit primário passou a reger, institucionalmente, um conjunto articulado de medidas para a economia nacional, incidindo diretamente sobre a acumulação no campo, que já se organizava sob a forma dos chamados agronegócios (FIRMIANO, 2016).

Quando Lula da Silva assumiu, em 2003, prosseguiu na linha da reorganização do capitalismo e do Estado brasileiro desde Collor, mas desta vez legatário de um padrão exportador de especialização produtiva, justificado desde 1999 com a crise cambial, da “saída” via produção de superávit primário. Mais uma vez é Paulani (2010) quem apresenta a síntese das medidas adotadas por Lula da Silva que, já na largada do governo, promoveu: 1. a elevação do superávit primário de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), acima das exigências do Fundo Monetário Internacional; 2. o aumento da taxa básica de juros de 22% para 26,5% ao ano; e 3. corte de liquidez. Ademais, na série histórica, por assim dizer, seu governo praticou: 1. a manutenção das taxas reais de juros mais elevadas do planeta; 2. o pagamento de um serviço da dívida que chegou a bater na casa dos 8% do PIB; 3. um superávit primário sempre próximo dos 5% do PIB; 4. uma reforma do sistema previdenciário que escancarou de vez as portas para os fundos de pensão; 5. uma lei de falências que torna gerentes da massa falida os que representam os interesses dos credores do sistema financeiro; e 6. a prática que passa a

ser corrente da autonomia do Banco Central (PAULANI, 2010, p. 123-124).

Com o caminho aberto pelos governos civis desde o fim da ditadura civil-militar, Lula da Silva dispôs de uma sólida reorganização institucional do capital que lhe permitiu seguir o caminho da *integração do Brasil para fora*, com uma imensa vantagem com relação a seus predecessores: condições externas favoráveis, com liquidez internacional, baixas taxas de juros e crescimento da economia chinesa. Em seu segundo mandato, o governo emplacou o Plano Plurianual (2004-2007) de valorização do consumo de massas e ampliação do mercado interno, estimulando alguma formalização (estruturalmente precarizada, é certo) do mercado de trabalho e promovendo uma espécie de inclusão social via crédito pessoal e programas de transferência de renda, em especial, o Programa Bolsa Família, que produziram importantes efeitos sociais, como a redução de 17,8% do índice de Gini. O país experimentou a fórmula do crescimento baseado no consumo, ancorado em fortes gastos de investimentos em infraestrutura. A crise financeira global, irradiada desde os EUA a partir de 2008, não se fez sentir imediatamente no Brasil, sendo protelada por políticas anticíclicas, baseadas na desoneração fiscal, ampliação dos gastos públicos e de recursos voltados para o seguro-desemprego, além de medidas de emergência voltadas para setores estratégicos, a exemplo do setor automotivo (CARLEIAL, 2015, p. 204-205).

A melhoria conjuntural significativa produzida pelo neodesenvolvimentismo, para alguns, significa, pois, que o país havia rompido com o Consenso de Washington, e passava a cumprir a promessa da igualdade, da justiça social, da equidade, da democracia,



ou como propusera Francisco de Oliveira (2010), como se Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) tivessem recuperado o “signo do Iluminismo”, a possibilidade de construção da soberania, do projeto nacional democrático-popular. Emir Sader (2003), por exemplo, chegou ao ponto de afirmar que aquele ano prometia “ser o ano mais importante para o continente latino-americano desde 1973 [...]... [quando] se consolidou a virada para a direção na sub-região do Cone Sul, com o fracasso das últimas tentativas de solução da esquerda para a crise hegemônica no continente”. E prosseguia o entusiasmo sociólogo, dizendo que em 2003 “se desenhará o significado do governo de Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo” (SADER, 2003). Dez anos depois, o autor seguia otimista, afirmando que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff estavam “recompondo relativamente o Estado, com aumento do emprego formal, melhoria dos salários dos trabalhadores, maior capacidade de investimento estatal” (SADER, 2008, p. 44, tradução nossa). Assim, a edificação do que se chamava de “pós-neoliberalismo” vinha se dando por meio da priorização de políticas sociais e segundo a reinserção internacional do Brasil (SADER, 2013, p. 141). E, para completar, já em 2014, dizia que: “para surpresa geral, no meio da era neoliberal, o país mais desigual do mundo passou a ser referência na luta contra a fome e o modelo de sucesso no combate à desigualdade”. E mais: “antes de tudo, às hostes neoliberais, cujos princípios são negados abertamente pelo Brasil, que faz residir nessa negação exatamente o seu sucesso” (SADER, 2014).

Por algum tempo, a política de continuidade/aprofundamento das transformações institucionais do capitalismo nacional

de Lula da Silva conseguiu promover o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, do crédito consignado e crescimento do emprego. Mas tudo isso afiançado pela profunda erosão do mundo do trabalho, que a admissão como princípio intocável do receituário neoliberal promoveu – como mostrou Leda Paulani (2008) –, concomitante à reestruturação produtiva do capital, na direção absolutamente contrária àquela apontada pelo voluntarioso sociólogo do pós-neoliberalismo. Foi assim que com Lula da Silva assistimos: a reforma da previdência, de 2005; a instituição da Lei nº 11.718 de 20 de junho de 2008, que criou o contrato de trabalho por pequeno prazo; e a enorme expansão do emprego precário. Dos cerca de 21 milhões de empregos criados pelos governos do PT, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal. A grande expansão das ocupações de salário de base se deu no setor terciário, seguido pela indústria extrativa (POCHMANN, 2012, p. 27).

Como afirmou Ricardo Antunes (2006, 2011), a reestruturação produtiva do capital tem lugar na economia brasileira, ainda nos anos de 1980, com a adoção, embora restrita, de novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização do trabalho, a partir da informatização produtiva, dos programas de qualidade total, da produção baseada em *team work*, entre outros. Nos anos de 1990, este processo se generalizou, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just in time* e *kanban*, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

Às mutações organizacionais e técnicas do trabalho seguiu-se o enorme enxugamento da força de trabalho, combinados com

a flexibilização, terceirização e desregulamentação dos direitos sociais (ANTUNES, 2006, p. 19). Entre 1992 e 2002, para as famílias de baixa renda, a taxa de desemprego subiu de 9,4% para 13,8% e, para os segmentos com maior remuneração, o desemprego saltou de 2,6% para 3,9%. No primeiro caso, isto significou a passagem de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões de desempregados, em 2003; no segundo caso, o contingente de 232 mil pessoas desempregadas, em 1992, saltou para 435 mil, em 2003 (ANTUNES, 2011, p. 22). A “explosão do emprego” dos anos 2000 não se sustentou no longo prazo – e hoje o país registra uma taxa de desemprego de 12,4% do total da população economicamente ativa (PEA)(DESEMPREGO..., 2019) – indicando a contradição existente entre um arranjo econômico neoliberal e a manutenção de quaisquer ganhos no plano dos direitos.

Com o aprofundamento da crise internacional deflagrada em 2008, o arranjo econômico que sustentava o “desenvolvimento realmente existente” dos anos 2000 revelou-se frágil (FIRMIANO, 2016). A começar pela redução do crescimento da China, que incidiu diretamente sobre a produção do superávit primário e sobre as contas externas brasileiras, não demorou até que houvesse desaceleração do consumo interno e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Com Dilma Rousseff, as medidas anticíclicas perderam efeito, já que os nexos da dependência brasileira ao capital transnacional financeiro e a enorme fratura interna da desigualdade social nunca foram seriamente enfrentados pelos governos do PT (ou quaisquer outros). Ainda no final do primeiro mandato, a presidenta aumentou o estímulo ao investimento privado, desonerando a folha de pagamentos, substituindo a cota patronal da previdência por

contribuições variáveis sobre a receita bruta, de acordo com o setor, buscando manter o emprego e oferecer maiores condições para a competitividade das empresas. Houve, assim, uma tentativa de reduzir o custo do trabalho para o capital, sem reduzir a remuneração do trabalhador. Porém, no mesmo período, mantiveram-se os altos níveis de rentabilidade sobre o patrimônio líquido das empresas para o setor financeiro, com queda para a indústria de transformação. “Ou seja, em estruturas de mercado oligopólicas com presença de empresas multinacionais e sem cobrança explícita de contrapartida fica difícil induzir o setor privado a usar os recursos na direção esperada” (CARLEIAL, 2015, p. 207).

No primeiro trimestre de 2015 a economia recuou 0,6% em comparação com os três primeiros meses de 2014; e 0,9% com relação ao segundo trimestre de 2013. Com queda nos investimentos e retração do PIB, o Brasil entrou em crise. As quedas de 1,5% e 0,5%, respectivamente, na indústria e nos serviços ditaram, pois, o recuo do PIB à época (SOARES; VETTORAZZO, 2014). Apenas as exportações de bens e serviços impulsionadas pelas vendas de produtos da indústria extrativa mineral (petróleo e carvão), da metalurgia e da agropecuária registraram aumento (1,9%) em 2014, com relação ao segundo trimestre de 2013. Apesar disso, os investimentos em máquinas para a produção, em transporte, agropecuária, energia e construção civil, que indicam a capacidade de crescimento futuro por meio da capacidade produtiva e da infraestrutura, recuaram 5,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2014 (SOARES; VETTORAZZO, 2014). O investimento público-estatal, que em 2010 representava 4,7% do PIB, passou para 4,4% em 2013; e entre 2010 e 2014 a



taxa de investimentos totais, público e privado, diminuiu de 19,2% para 16,5% (PATU; MANTOAN, 2014).

Antes mesmo de assumir seu segundo mandato, Dilma insistiu nas metas de superávit primário, elevando os juros, e promovendo cortes nas chamadas áreas sociais. Em maio de 2015, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões, dos quais, R\$ 25,7 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento – que marcou o ilusório período do neodesenvolvimentismo – e quase R\$ 7 bilhões do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Ministérios da Saúde e da Educação, respectivamente, sofreram cortes de R\$ 11,7 bilhões e R\$ 9,4 bilhões. Na ocasião, o governo também anunciou uma projeção de queda do PIB e corte de R\$ 65,1 bilhões na receita líquida esperada para 2015, como resultado da recessão da economia. O anúncio feito à época também dava conta da ampliação de R\$ 4,5 bilhões de previsão de gastos do Tesouro com a Previdência Social, em razão das desonerações da folha de pagamentos (VILLAVARDE, 2015) – o que se tornou, pouco tempo depois, a justificativa para a proposta que hoje ganha força de contrarreforma da previdência social, ainda em curso. O estopim “foi a evidência de um resultado nas contas públicas de R\$ 32,5 bilhões, o que corresponde a 0,6% do PIB, que foi magnificado pela mídia, apresentado como resultado do descontrole das contas públicas” (CARLEIAL, 2015, p. 209). Conforme Luiz Gonzaga Beluzzo, “se formos olhar a política fiscal em 2015, ela levou uma contração brutal da receita, porque a economia vinha desacelerando. É como pugilista que foi para o corner e, para reanimar, lhe dá um soco na cabeça” (JUNGBLUNT; BRESCIANI, 2016). Com isso, o “desajuste do ajuste”, como chamou Beluzzo, não foi capaz de atender a voracidade do capital.

Quando o neodesenvolvimentismo ruiu, as fragilidades do bloco de forças que compunham os governos do PT, decorrentes de arranjos políticos de toda sorte, levaram à rápida recomposição de um novo bloco, a fim de garantir a margem de viabilidade produtiva do capital que, pelas condições políticas internas, encontrou respaldo, temporariamente, no programa *Uma ponte para o futuro*<sup>1</sup> (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Assim logrou a queda da presidenta da República, levando por terra não somente o sistema político nacional que havia resultado do pacto de ruptura/continuidade do fim da ditadura civil-militar de 1964, mas o reluzente, e falso, signo do Iluminismo petista.

Na realidade, os governos do PT optaram pela linha de menor resistência, ampliando os mecanismos compensatórios da assistência social (RIDENTI, 2018) ou os “direitos das minorias” (PINASSI, 2013, p. 201), como o Programa Bolsa Família, Luz para Todos, Farmácias Populares, Minha Casa Minha Vida, Programa Universidade Para Todos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, entre muitos outros, provocando melhorias sociais – estas sim – no plano conjuntural, associadas à emergência do que Ridenti (2018, p. 47) chamou de “uma realidade política nova, a partir de mudanças culturais e simbólicas, por exemplo, com o aumento da escolaridade e o acesso à informática para a maior parte da população, incluindo setores mais pobres

---

<sup>1</sup> Trata-se do programa elaborado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB, e Fundação Ulysses Guimarães, em outubro de 2015, que estruturou o conjunto de políticas econômicas do governo golpista de Michel Temer.

e não brancos que passaram a partilhar um espaço antes exclusivo das classes médias e altas”. Mas a ausência de universalização dos direitos da cidadania, particularmente cristalizados pela Constituição Cidadã de 1988, produziu, pois, uma frustração, para Ridenti (2018, p. 47), sobretudo nos setores sociais médios com acesso ao ensino superior, “onde se pode detectar expectativa, insegurança e insatisfação com a situação nova criada”, mas também no âmbito das classes trabalhadoras que sentiram melhorias no âmbito imediato da reprodução da existência, sem que isso fosse acompanhado pela elevação da consciência em direção às contradições estruturais do país. O resultado não poderia ser pior: num contexto de esfacelamento das forças do trabalho, os governos do PT “não se limitaram a forjar as armas que lhe mataram; produziram também os homens que empunharam essas armas”<sup>2</sup>.

### **Mobilizações país à fora, a deflagração da Operação Lava Jato e a hipótese da classe média escolarizada**

A partir de 2012, o país passou a conviver com mobilizações frequentes que, no ano seguinte, passariam à história como

<sup>2</sup> Trata-se de uma paráfrase de uma conhecida passagem do *Manifesto Comunista*, de Marx, obra na qual ele diz: “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os **proletários**” (MARX, 2007, p. 46). Obviamente, guardamos as devidas distinções e níveis de análise entre nossa sugestão e o exame da dinâmica da luta de classes feito por Marx.

as maiores já registradas em centenas de cidades brasileiras desde a campanha das Diretas Já. Primeiro no Rio Janeiro, quando a tarifa do transporte público sofre reajuste de R\$ 0,25 e um conjunto de manifestantes realizou uma passeata na região central que culminou em violenta repressão pela Polícia Militar do estado, durante a abertura das portas de inúmeros ônibus para trabalhadores viajarem sem pagar – o que redundou em novas manifestações na cidade em torno da mesma pauta; depois em Natal, quando diante do aumento de R\$ 0,20, eclodiu o que ficou conhecido como “Revolta do Busão”, marcada por várias manifestações, igualmente reprimidas pela Polícia Militar, que terminaram com a revogação do aumento pela Câmara Municipal do município.

Em janeiro de 2013 foi a vez de Porto Alegre, quando, diante da possibilidade de reajuste da tarifa de ônibus, passaram a ocorrer manifestações contra a medida, que só se intensificaram após se confirmar o aumento. Pouco tempo depois, Natal voltou a experimentar protestos; desta vez, mais avolumados que no ano anterior; em seguida, Goiânia também registrou protestos sob a mesma pauta. Em junho, em mais de uma centena de cidades brasileiras – e praticamente todas as capitais – dezenas de milhares de pessoas foram às ruas, chegando a 1 milhão de manifestantes no dia 20 daquele mês.

Inúmeras são as interpretações sociológicas acerca das manifestações de junho de 2013, destacando sua composição social, a importância das redes sociais no processo de mobilização, a cobertura dada pela imprensa aos eventos em todo o país, o caráter político e eventuais rupturas com as formas tradicionais de organização popular, particularmente, via partidos

políticos e movimentos sociais e sindicais, as novas demandas por participação política e social. Algumas delas confluem na direção de indicar o profundo descontentamento social com o processo de mercantilização e precarização dos serviços públicos e dos direitos, consoante ao que poderíamos chamar de rebaixamento das condições de vida e existência, particularmente, das classes trabalhadoras e médias (ANTUNES, 2013; RIBEIRO; BOTELHO; OLIVEIRA, 2013; SCHERER-WARREN, 2013; SINGER, 2013).

No pós-Jornadas de Junho, em 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, reunindo um conjunto de investigações de crimes financeiros e desvios de recursos públicos, inicialmente, envolvendo doleiros e proprietários de postos de combustível mas, rapidamente, se complexificou, alcançando e devastando a Petrobrás, avançando sobre as principais empresas dos setores de construção civil e agronegócios do país, virtualmente desbaratando um mega esquema de corrupção que englobava a quase totalidade dos partidos políticos brasileiros.

Em pouco tempo, as atividades da Lava Jato se tornaram parte de um folhetim diário espetacularizado pela comunicação midiática, tornando esta máquina<sup>3</sup> a mais eficiente promessa de “moralização” e “limpeza” da política brasileira, a qual, aos olhos do conjunto da população, reúne toda a corrupção, desvio moral, em suma, fonte de todos os males da sociedade nacional. A salvaguarda

---

3 Entre março de 2014 e dezembro de 2017 foram realizadas 1.277 buscas e apreensões, 127 acusações criminais, 154 prisões preventivas e 124 prisões temporárias, 256 conduções coercitivas, 208 condenações, entre outros procedimentos policiais e judiciais (GONÇALVES; ANDRADE, 2019, p. 277).

da vida política nacional personificou-se no juiz titular de primeira instância, da 14ª Vara de Justiça Federal de Curitiba, Sérgio Moro, erigido o símbolo da higienização da política e da limpeza moral da sociedade brasileira, em sua condição pública de “homem bom”, pela atuação (bastante questionável, inclusive no mundo jurídico) no processo de indiciamento de políticos e servidores públicos de distintos escalões, com especial destaque para o caso de Lula da Silva (PONSONI; FIRMIANO, 2018).

O magistrado, que viria a ser o paladino da Justiça, à frente do Ministério da Justiça do governo Bolsonaro, chegou até mesmo a ser eleito pela “opinião pública” como o candidato à presidência que melhor representava os anseios de uma população em busca de sua salvação – veja-se, por exemplo, a página *Dr. Moro para Presidente*, cujo objetivo declarado era “lançar a ideia para a população brasileira que está na hora de elegermos um herói nacional”, a fim de “dar um basta as opções viciadas que os partidos políticos nos oferecem [sic.]”<sup>4</sup>.

Construiu-se, assim: “a articulação entre Moro, a imagem discursiva de um juiz severo, sério, combatente das mazelas corruptivas do país, e o possível homem bom a ser presidente, [...] instando a população a reconhecer nesse sujeito o homem certo” mais por seus caracteres “de homem sério, combativo, rígido com os que devem receber a inquisição de sua mão pesada, sua mão de Torquemada, branco, formado, pós-graduado, de posição e condição de classe de Juiz que luta pelo lado certo da história” que por “qualidades

---

4 Informação extraída do site [www.moropresidente.com.br](http://www.moropresidente.com.br) (PONSONI; FIRMIANO, 2018, p. 199).

e habilidades político-gestora, algo difícil de mensurar, dado que Moro em si nunca possuiu qualquer tipo de cargo de gestão política” (PONSONI; FIRMIANO, 2018, p. 206).

A construção progressiva do “homem bom” se deu vis-à-vis à paulatina condenação pública de Lula da Silva e do PT como sinônimos de corrupção e má gestão do patrimônio público. Em 7 de abril de 2018, Lula da Silva se entregou à Polícia Federal, condenado em primeira instância por Sérgio Moro e, em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a 12 anos e 1 mês de prisão, acusado de recebimento de propina da empreiteira OAS sob a forma de reserva e reforma de um apartamento triplex, no Guarujá, litoral paulista, num processo bastante controverso jurídica e politicamente.

Analisando pesquisas de opinião realizadas por cinco principais institutos especializados e o impacto da Operação Lava Jato na formação do eleitorado brasileiro – mensurado segundo uma fórmula de medição quantitativa das ações policiais e judiciais (como prisões, delações premiadas, indiciamentos, entre outras) da operação –, o cientista político Adriano Oliveira (2019) afirma que o ano de maior impacto da Lava Jato foi 2016, quando transcorre o processo de afastamento definitivo de Dilma Rousseff – ou, se quisermos, quando se consuma o golpe. Mesmo com o lulismo adquirindo algum fôlego depois disso, diz o autor, o antilulismo venceu. Com isso, para este autor, não haveria um fenômeno que pudesse ser chamado de bolsonarismo propriamente, senão como expressão do antilulismo. Ademais, conclui, a Operação Lava Jato teria impactado diretamente sobre o resultado do pleito presidencial de 2018 (OLIVEIRA, 2019).

O fato é que, depois das jornadas de junho de 2013, e com a Operação Lava Jato tendo se tornado um verdadeiro espetáculo com intensa capilaridade no cotidiano da vida dos brasileiros e brasileiras (PONSONI; FIRMIANO, 2018), as mobilizações de rua ocuparam o ano de 2015, sobretudo pela direita, contra o governo de Dilma Rousseff e na exaltação/elevação da Operação Lava Jato, como as ocorridas em 15 de março, 12 de abril, 26 de agosto e 13 de dezembro daquele ano, em diversas capitais brasileiras. Apenas naquele ano, Débora Messenberg (2017) registrou 18.923 publicações no Facebook, por representantes da direita, entre indivíduos e movimentos coletivos, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e o Revoltados Online. De acordo com a autora, “o antipetismo é o campo semântico a reunir o maior número de emissões discursivas dos formadores de opinião [...], tanto em suas postagens no Facebook [...] quanto em seus sites, blogs, participações em entrevistas e hangouts”. Ademais, completa: “O Partido dos trabalhadores (PT) é, na visão desses atores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país” (MESSEMBERG, 2017, p. 634).

Apesar disso, não há consenso na literatura sociológica nacional acerca do sentimento antipetista como sendo o principal motor do resultado eleitoral. O ano de 2016, por exemplo, registra mobilizações pró e contra os governos do PT, como a ocorrida no 13 de março, identificada às pautas da “moralização da política”, da condenação de Lula e do PT, à exaltação de Sérgio Moro e dos valores mais conservantistas da sociedade, uma espécie de ufanismo nacionalista encarnado na farda da seleção brasileira de futebol (que curiosamente estampa o escudo de uma entidade bastante investigada pelos possíveis

envolvimentos com corrupção); e, poucos dias depois, em 18 de março, em defesa dos governos do PT de Dilma Rousseff, contra o golpe que se precipitava e pela democracia – em 12 de maio daquele ano, a presidenta foi temporariamente afastada de seu cargo, e em 31 de agosto, foi definitivamente afastada pelo Senado Federal, com a chancela do Supremo Tribunal Federal.

Ascendeu, pois, um amplo movimento de aparente polarização política entre direita e esquerda. Aparente, pois os governos do PT nunca se afastaram do receituário do Consenso de Washington, conforme indicaram Paulani (2008), Oliveira (2010), Pinassi (2013), entre outros. Na realidade, emergiram sob uma ampla movimentação social algumas das forças mais reacionárias da sociedade brasileira, oferecendo-se como alternativa política, conservadora nos valores e ultraliberal nas práticas econômicas, à *débâcle* do neodesenvolvimentismo<sup>5</sup>.

Ridenti (2018) apresenta interessante hipótese, apoiado pelos dados acerca da

---

5 O filme *Tropa de Elite*, de 2007, parece ser um indicador cultural de que o signo do conservadorismo nunca fora vencido no Brasil – o que vai se completar com a expansão da produção literária, fílmica, seriada, como não podia deixar de escapar à lógica da indústria cultural, como: o livro *Sérgio Moro: o homem, o juiz e o Brasil*, de Luiz Scarpino, de 2016; o filme *Polícia Federal: a Lei é para Todos*, de 2017; o seriado da Netflix, *O mecanismo*, de 2018, do mesmo diretor de *Tropa de Elite*, José Padilha, e baseado no livro *O Juiz Sérgio Moro e os Bastidores da Operação que Abalou o Brasil*, de Vladimir Netto, para citar apenas alguns poucos. Este processo, no entanto, ainda precisa ser investigado – uma referência para tanto é o trabalho de Jameson (2006) e sua proposta acerca da “virada cultural”. A pesquisa de Kamradt e Di Carlo (2018) mostra que, a partir de 2010, houve um crescimento de uma literatura sobre a “cultura do politicamente incorreto”, encontrando respaldo na retórica de Jair Bolsonaro.

composição social das manifestações ocorridas em São Paulo, a do dia 20 de junho de 2013, do dia 13 de março de 2016 (contra Dilma Rousseff) e a do dia 18 de março de 2016 (de esquerda, em resposta à do dia 13): a dinâmica da crise política brasileira é dada pelas lutas que mobilizam as classes médias escolarizadas independente de sua posição política. Em todas essas manifestações, cerca de 80% dos participantes cursaram ensino superior – à despeito de outras tantas distinções, como referentes a renda e idade. Para este autor, a chegada de mais de 8 milhões de pessoas ao ensino superior, em 2015, “está no centro das mudanças culturais e simbólicas que vêm abalando a sociedade brasileira, mesmo sem mudanças de fundo econômicas ou institucionais” (RIDENTI, 2018, p. 50). Soma-se a isto a ampliação do acesso a aparelhos de telefone celular e à internet – o autor também destaca o aumento do acesso ao transporte aéreo nacional – que ajudaria a compreender as mobilizações recentes, amplamente divulgadas pelas redes sociais. Ridenti (2018) cita dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística que afirmam que 62% dos participantes da manifestação do dia 20 de junho de 2013 tomaram conhecimento do evento pelo Facebook.

Para este sociólogo, a promessa da ascensão social via ensino superior e da inclusão pelo consumo de massas produziu expectativas, experimentadas de diferentes maneiras pelos distintos extratos sociais, que não se cumpriram. “Daí as grandes manifestações de rua de 2013 e as que se seguiram mobilizando sobretudo os setores mais escolarizados” (RIDENTI, 2018, p. 59). Do ponto de vista da juventude, pairam incertezas até quanto a manutenção das mesmas condições de vida e existência dos



pais. No plano das “classes médias estabelecidas” há o risco de perda das posições historicamente ocupadas (do trabalho intelectual, público ou privado), frente aos “setores emergentes”, incluindo os não brancos. No que toca às “camadas intelectualizadas ascendentes”, a maior escolarização não garante elevação na posição social e o consumo massivo não se traduz em maior integração social. “Num contexto de recessão econômica, o temor de alguns de perder espaços de poder, prestígio e privilégios, uniu-se ao medo de outros de não conseguir ganhá-los”; estaria aí o fundamento das manifestações: “sonhos frustrados, os insatisfeitos foram às ruas, manifestaram-se na internet, agindo como podiam, abrindo possibilidades de ampliar a democracia e também para o autoritarismo frutificar” (RIDENTI, 2018, p. 60-61).

Parece, assim, que a melhora conjuntural promovida pelo neodesenvolvimentismo dos anos 2000, na melhor tradição conciliatória, escamoteou as forças reacionárias que vinham se escondendo desde o fim da ditadura civil-militar e que, depois de junho 2013, deram mostras de sua capilarização na sociedade, em meio às difusas manifestações nacionais. E na derrocada neodesenvolvimentista, a partir de 2014, concomitante à ascensão da judicialização/policialização da política brasileira, o fenômeno ganhou projeção, na justa medida da crise econômico-social, da insatisfação generalizada de mais de uma década de uma espécie de integração social via ampliação do consumo popular, políticas focalizadas contra a miséria, pelos vetores moralistas da religião, da justiça e da preservação da ordem – vetores que serão os sustentáculos ideo-políticos do governo Bolsonaro. Eis aí a escalada do bolsonarismo no Brasil, uma confluência

virtuosa entre a defesa enérgica de valores morais e religiosos conservantistas, práticas políticas mediadas pelo favor e pelo clientelismo, cultura de intolerância, receituário ultra neoliberal na economia, base social despolitizada pelo consumo e base política constituída na reificação das redes sociais. Ou, de outro modo, uma variante, a mais drástica até agora, do autoritarismo gestado no seio da crise estrutural do capital que penetra a sociedade periférica e dependente.

### **À guisa de considerações finais: o bolsonarismo no Brasil**

---

As condições de desenvolvimento do bolsonarismo no Brasil não estão assentadas em qualquer forma contemporânea de fascismo ou nazismo, tampouco em um suposto excesso de uma “sociedade autoritária”. Elas são um momento histórico de síntese da justaposição entre democracia e ditadura, neoliberalismo e autoritarismo, ordem e progresso, que têm no “desprezo pela inteligência, na glorificação da intuição, na repulsa do progresso social, na mitomania” (LUKÁCS, 1972, p. 9), um estado de espírito permanente.

Por isso o programa ultraneoliberal do ministro Paulo Guedes, do Instituto Millenium, de destruição dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, do sucateamento da educação pública, da saúde universal do Sistema Único de Saúde (SUS), da liberalização sem quaisquer restrições da exploração dos recursos ecológicos e naturais e da alta da indústria armamentista se funde à dura repressão contra qualquer forma de dissenso, da eliminação dos “ativismos” no

país, da defesa enérgica dos valores mais conservantistas da família, da propriedade e de Deus, do ataque a quaisquer expressões sociais, culturais, afetivas, sexuais de diversidade, chancelado pela democracia. Sua ascensão parece ser, pois, a ascensão de um tipo de irracionalismo que, como argumentou William Nozak, converteu-se em um “problema social e sociológico”, uma vez enraizado metastaticamente no interior no tecido social nacional, que incorpora componentes culturais, das mediações das redes sociais, do militarismo e do fundamentalismo religioso (NOZAK, 2018)<sup>6</sup>.

O terreno onde o fenômeno prospera parece ser o da esquizofrenia, nos termos empregados por Fredric Jameson (1984), a partir de Lacan, como a “desordem da linguagem”, o “distúrbio do relacionamento entre significantes”, segundo o qual o esquizofrênico não chega a conhecer a articulação linguística e sequer tem consciência da temporalidade da experiência vivida, permanecendo condenado num “presente perpétuo”, sem conexão com passado e ausente de qualquer projeção de futuro. E na produção deste, é preciso dizer, os governos petistas foram pródigos. É uma quase absoluta evasão do real, das

contradições societais. É aí que o bolsonarismo ganha força. No terreno da esquizofrenia não há argumentação racionalmente articulada capaz de promover a elevação da consciência, restando apenas a violência. ■

---

6 Em outra direção, André Peixoto de Souza (2018) assinala que a ascensão do bolsonarismo, teria se dado numa conjuntura mais curta, pós-golpe institucional contra Dilma Rousseff, mais propriamente, a partir da condenação e prisão de Lula da Silva, reunindo características como uma histeria coletiva decorrente de uma hipnose, igualmente coletiva, ao lado da passividade diante da conjuntura política. Mas é importante lembrar, como faz Jairo Nicolau (2018), que junto com a ascensão de Bolsonaro, vieram à cena também sujeito como João Doria, em São Paulo, o juiz Wilson Witzel, no Rio de Janeiro, Romeu Zema, em Minas Gerais, todos como rescaldo do bolsonarismo, com discurso ultra liberal e conservador, truculento.

[ **FREDERICO DAIA FIRMIANO** ]

Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciência e Letras, Campus Araraquara da Universidade Federal Paulista (FCLar/Unesp); professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos, onde é líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais, do CNPq. E-mail: frederico.firmiano@uemg.br

## Referências

---

ALVES, José Eustáquio Diniz. Análise de conjuntura: teoria e método. **Aparte: inclusão social em debate**, Rio de Janeiro, p.1-11, 1º jul. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3dPiEVD>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 37-49, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cCocT8>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3fR09lu>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/362mqIB>. Acesso em: 15 maio 2020.

DESEMPREGO no país sobe para 12,4% e atinge 13,1 milhões de pessoas. **UOL**, São Paulo, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Lw33OJ>. Acesso em: 14 maio 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONÇALVES, Vinícius Batista; ANDRADE, Daniela Meirelles. A corrupção na perspectiva durkheimiana: um estudo de caso da Operação Lava Jato. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 271-290, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cCpjCi>. Acesso em: 15 maio 2020.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

IANNI, Octavio. Raízes da anti-democracia na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 14, p. 17-22, 1988.

JAMESON Frederic. Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism, **New Left Review**, London, n. 146, p. 1-12, 1984.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JUNGBLUNT, Cristiane; BRESCIANI, Eduardo. Belluzo defende Dilma e diz que ela fez 'despedalada fiscal'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2WwY46D>. Acesso em: 14 maio 2020.

KAMRADT, João; DI CARLO, Josnei. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LynHOg>. Acesso em: 15 maio 2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º jan. 2019. Caderno Poder. Disponível em: <https://bit.ly/2WZ2vWG>. Acesso em: 14 maio 2020.

LUKÁCS, G. **El assalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler. México, DF: Grijalbo, 1972.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, dec. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bF2DQv>. Acesso em: 15 maio 2020.

MILLIKAN, Brent. Trumpismo e Bolsonarismo: semelhanças alarmantes. **El País**, São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WxdXdc>. Acesso em: 15 maio 2020.

NICOLAU, Jairo. O triunfo do bolsonarismo. **Piauí**, São Paulo, n. 146, nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3g2ogxQ>. Acesso em: 15 maio 2020.

NOZAK, William. Bolsonaro não controla mais o bolsonarismo. **Carta Capital**, São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dS8tjk>. Acesso em: 15 maio 2020.

OLIVEIRA, Adriano. **Qual foi a influência da Lava Jato no comportamento do eleitor?** Do lulismo ao bolsonarismo. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Francisco, **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Collor**: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF, 29 out. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Z5oUV2>. Acesso em: 14 maio 2020.

PATU, Gustavo; MANTOAN, Victória. Investimento público empaca no país. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2014. Caderno de Mercado. Disponível em: <https://bit.ly/2Zatvpf>. Acesso em: 14 maio 2020.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de Sítio).

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

PEREIRA, João Márcio Mendes; BELLO, Cesar. O que seria um governo Bolsonaro? In: BELLO, Cesar. **Blog do Cesar Bello**, [s.l.], 16 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cCiaC6>. Acesso em: 15 maio 2020.

PINASSI, Maria Orlanda. Brasil: (neo)desenvolvimentismo ou luta de classes? **Herramienta Web**, Buenos Aires, n. 13, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3idfcap>. Acesso em: 15 maio 2020.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Ditadura militar e Bolsonarismo: política doméstica e relações internacionais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WAPHqQ>. Acesso em: 15 maio 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONSONI, Samuel; FIRMIANO, Frederico Daia. O eterno “homem bom” na política brasileira: uma análise do caso Moro. **Linguagem**, São Carlos, v. 29, n. 1, p. 195-211, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WxYCcw>. Acesso em: 15 maio 2020.

RIBEIRO, Guilherme; BOTELHO, Maurilio Lima; OLIVEIRA, Leandro Dias de. As Manifestações de Junho de 2013. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 116-141, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2X3nasX>. Acesso em: 15 maio 2020.



RIDENTI, Marcel Siqueira. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fVgJ3w>. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 135-144.

SADER, Emir. Não é a Copa, imbecil, são as eleições! In: **Blog da Boitempo**, São Paulo, 5 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3bzPkRE> /. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. Os desafios do pós-neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1 fev. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3fSdwSm>. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. **Posneoliberalismo en America Latina**. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación CTA, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3bFfiCZ>. Acesso em: 15 maio 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2WBe4oo>. Acesso em: 15 maio 2020.

SOARES, Pedro; VETTORAZZO, Lucas. Economia recua 0,6% no 2º trimestre, e o país entra em recessão técnica. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2014. Caderno Mercado. Disponível em: <https://bit.ly/2WR2qVa>. Acesso em: 14 maio 2020.

SOUZA, André Peixoto. Reflexões sobre o bolsonarismo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2X3pj7Z>. Acesso em: 15 maio 2020.

VILLAVERDE, João. Governo federal anuncia corte recorde no Orçamento e freia investimentos do PAC. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cz2kbs>. Acesso em: 14 maio 2020.